



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
(CONSEPE) N.º 09/2012***

Dispõe sobre as normas para o Programa de Monitoria Indígena (PIMI) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão ordinária no dia 25 de abril de 2012, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as normas para o Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Resolução n.º 20/2007 do Consepe de demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 25 de abril de 2012.

Prof. Alan Barbiero
Presidente

**Revogada pela Resolução n.º 14/2013 do Consepe.*

cps



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Anexo à Resolução n.º 09/2012 do Consepe.

**NORMAS PARA O PROGRAMA DE MONITORIA INDÍGENA (PIMI) NO ÂMBITO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Art. 1º O Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI) tem como objetivo facilitar a inclusão dos alunos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo, dessa forma, para a sua permanência e sucesso acadêmico.

§1º. A função do monitor remunerado ou voluntário será exercida por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e classificados em processo seletivo realizado no Colegiado de Curso ao qual o aluno indígena está vinculado.

§2º. O monitor exercerá suas atividades sob a orientação de professor(es) preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, referendado(s) pelo Colegiado de Curso.

§3º. O monitor desempenhará suas funções em regime de 20 (vinte) horas semanais.

§4º. Ao monitor remunerado será concedida uma bolsa mensal.

§5º. As atividades do monitor não poderão coincidir com suas obrigações acadêmicas, em função das disciplinas em que estiver matriculado.

Art. 2º Cada Colegiado elaborará uma Proposta de Acompanhamento Acadêmico, em consonância com o número de alunos indígenas matriculados, no respectivo curso, que tenham ingressado pelo sistema de cotas, com a especificidade do curso e com as orientações desta Normativa e a encaminhará à Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD.

§1º. Será facultada ao todos os Colegiados a solicitação de monitores, desde que haja estudantes indígenas matriculados em seu curso de graduação.

§2º. A Proposta de Acompanhamento Acadêmico do curso deverá apresentar as seguintes informações:

I - justificativa;

II - número de estudantes indígenas matriculados e seus respectivos cursos;

III - proposta de atividades a serem desenvolvidas pelos monitores;

IV - cronograma de trabalho de acordo com a carga horária definida no Art. 2º, §2º deste documento.

Art. 3º São atribuições do aluno monitor:

I - constituir elo entre professores e alunos, visando ao desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessárias para o sucesso da permanência acadêmica dos alunos indígenas;

II - identificar, em conjunto com o professor-orientador, as dificuldades enfrentadas pelos alunos indígenas sob sua responsabilidade;

III - discutir com o professor-orientador as dificuldades dos alunos e definir metodologias e formas de abordagem e ações prioritárias;

IV - estabelecer estratégias e ações didático-pedagógicas para esclarecimento das dúvidas sobre os conteúdos das disciplinas, observando os seguintes aspectos:

a) Atualização dos conhecimentos básicos, próprios da Educação Básica, e que não foram plenamente assimilados pelos alunos indígenas.

b) Discussão sobre os conteúdos abordados nas disciplinas em que o aluno está matriculado e priorização das ações.

c) Auxílio na realização de trabalhos teórico-práticos e experimentais extra-classe.

d) Contribuição para a melhoria da capacidade de leitura e interpretação dos textos.

e) Promoção do desenvolvimento das habilidades de redação de textos técnico-científicos.

f) Outras atividades a serem definidas, de acordo com as especificidades de cada aluno que contribuam para a sua inserção acadêmica.

V - incentivar e envolver o aluno indígena a participar das atividades que propiciem seu aprofundamento científico-cultural;

VI - incentivar a participação dos alunos indígenas nas Semanas Acadêmicas dos cursos;

VII - orientar a elaboração de trabalhos a serem apresentados em eventos científicos;

VIII - incentivar a participação dos alunos em atividades culturais no campus, na Universidade e na sociedade em geral.

IX - outras atividades a serem especificadas na Proposta de Acompanhamento

Acadêmico.

Parágrafo único. É vedado ao aluno monitor:

I - exercer funções de caráter eminentemente da rotina administrativa da Universidade;

II – exercer funções de servidores técnico-administrativos;

III - substituir o professor na ministração de aulas;

IV – prestar monitoria a outros alunos que não ingressaram pelo sistema de cotas.

Art. 4º São obrigações do aluno monitor:

I - exercer suas atividades conforme plano de orientação elaborado;

II - cumprir 20 (vinte) horas semanais de atividades de monitoria, conforme horários preestabelecidos e divulgados em mural público;

III - apresentar descrição das atividades e frequência mensal ao professor-orientador;

IV - apresentar ao professor orientador o relatório final das atividades no término do semestre, para ciência do professor e aprovação pelo Colegiado do Curso.

Art. 5º - São atribuições do Professor Orientador:

I - orientar o monitor nas atividades constantes do Art. 3º deste documento;

II - acompanhar as atividades do monitor, orientando suas ações e proposições;

III - incentivar e envolver o monitor a participar de atividades que propiciem seu aprofundamento científico-cultural;

IV - elaborar o Plano de Orientação, em conjunto com o monitor, o qual deverá conter pelo menos os seguintes itens: definição das atribuições, objetivos a serem alcançados, ações a serem desenvolvidas, cronograma de acompanhamento, metodologias a serem utilizadas e formas de avaliação dos trabalhos do monitor;

V - encaminhar à PROGRAD, através do sistema de monitoria na intranet, o Plano de Orientação de Monitoria Indígena após a divulgação do resultado da seleção;

VI - ratificar e encaminhar a frequência mensal do monitor à PROGRAD, através do sistema de monitoria na intranet, até o dia 30 de cada mês;

VII - avaliar o desempenho do monitor, em conformidade com o Plano de Orientação;

VIII - encaminhar ao Colegiado de Curso o Relatório Final de Atividades até 20 dias após o término do semestre letivo, para avaliação e homologação e posterior envio à PROGRAD através do sistema de monitoria na intranet;

Art. 6º - São atribuições do Colegiado de Curso:

I - nomear o(s) professor(es) que será(ao) responsável(is) pela elaboração, execução, acompanhamento e avaliação da Proposta de Acompanhamento Acadêmico do curso;

II - aprovar e encaminhar a Proposta de Acompanhamento Acadêmico à PROGRAD/Diretoria de Programas Especiais em Educação;

III - respeitar a distribuição de monitores de acordo com o Art. 25 desta Resolução;

IV - avaliar e homologar o Relatório Final de Atividades dos monitores até 20 dias após o término do semestre letivo.

Art. 7º A Coordenação do Programa de Monitoria Indígena ficará a cargo da Diretoria de Programas Especiais em Educação da PROGRAD.

Art. 8º Caberá à Diretoria de Programas Especiais em Educação:

I - elaborar e divulgar o edital de seleção dos monitores, a partir das Propostas de Acompanhamento Acadêmico encaminhadas pelos Colegiados de Curso;

II - preparar folha de pagamento da monitoria, a partir da frequência mensal do aluno monitor ratificada pelo professor orientador;

III - organizar e manter o cadastro geral de monitores;

IV - organizar e manter o arquivo administrativo do programa de monitoria;

V - autorizar a expedição do certificado de monitoria para os alunos monitores;

VI - emitir um Relatório Final relativo aos resultados das atividades de Monitoria;

VII - orientar e esclarecer os alunos monitores sobre questões relativas ao programa de monitoria;

VIII - autorizar a expedição da declaração de orientação de monitoria para os professores orientadores.

Art. 9º A seleção de monitores será realizada semestralmente, em prazo previsto no Edital do PIMI.

§ 1º. A divulgação do processo seletivo será feita pela PROGRAD/Diretoria de Programas Especiais em Educação Discente, por meio de Edital afixado em local apropriado e divulgado por meio eletrônico, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes do início do processo seletivo, do qual constarão obrigatoriamente:

I - o período de inscrição;

II - as datas e os locais da realização do processo seletivo;

III - a descrição/lotação e quantidade de vagas.

§ 2º - No ato de inscrição, o candidato deverá apresentar Histórico Escolar

Completo que comprove:

I - ter integralizado com aproveitamento, no mínimo, 1/3 dos créditos totais do curso em que se encontra;

II - ter coeficiente de rendimento mínimo de 7,0 (sete);

III - comprovar disponibilidade de tempo para exercer a monitoria, apresentando em anexo a devida declaração.

Art. 10. A seleção dos candidatos será feita pelo(s) professor(es) indicado(s) pelo Colegiado do Curso nomeado(s) conforme Art. 6º deste documento, cabendo aos mesmos a definição dos critérios de avaliação.

Art. 11. O Colegiado de Curso encaminhará à PROGRAD - Diretoria de Programas Especiais em Educação a ata de seleção dos alunos selecionados e o termo de compromisso de acordo com os quesitos pré-estabelecidos no §2º do Art. 9º deste documento.

Art. 12. O candidato classificado deverá assinar o Termo de Compromisso. A não assinatura do Termo de Compromisso implica em desistência tácita.

Art. 13. As vagas eventualmente não preenchidas serão ocupadas pelos classificados na ordem de seqüência, por curso.

Parágrafo único. Na hipótese do *caput* e na inexistência de outros candidatos aprovados, os professores deverão providenciar a realização de uma nova seleção.

Art. 14. Cada vez que houver alteração, ou seja, exclusão ou inclusão de aluno-monitor, a PROGRAD/Diretoria de Programas Especiais em Educação deverá ser comunicada pelo professor orientador, por meio de documentação impressa.

Art. 15. Os alunos monitores deverão iniciar suas atividades somente após terem assinado os respectivos Termos de Compromisso.

Art. 16. O período regular para o exercício da Bolsa de Monitoria PIMI será, necessariamente, dentro do período letivo semestral, durante, no máximo, 04 (quatro) meses, ou seja, de março a junho e de agosto a novembro de cada ano.

§1º - As eventuais alterações do Calendário Escolar acarretarão os devidos ajustes na reorganização deste período.

§2º - Em virtude de greves ou outros motivos de força maior, o período regular de monitoria poderá sofrer alterações quanto à quantidade de meses.

Art. 17. Ao aluno monitor será permitido o exercício da monitoria pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser renovado por igual período, se deferido pelo Colegiado de Curso.

Art. 18. A monitoria não poderá ser exercida no período em que o aluno tiver

registrado trancamento de matrícula, tendo em vista que o trancamento pressupõe a paralisação de todas as atividades acadêmicas.

Art. 19. É vedada a acumulação da Bolsa de Monitoria - PIMI com qualquer modalidade de bolsas internas e externas.

Art. 20. O monitor deverá devolver à Fundação Universidade Federal do Tocantins em valores atualizados, a(s) bolsas(s) recebida(s) indevidamente, caso os requisitos e compromissos estabelecidos nesta resolução normativa não sejam cumpridos.

Art. 21. O desligamento das funções de monitor será deferido pela PROGRAD/Diretoria de Programas Especiais em Educação, diante das razões apresentadas pelo professor ou a pedido do próprio aluno monitor.

Parágrafo único. O monitor dispensado pelo não cumprimento das normas do programa de monitoria não poderá se inscrever em novo exame de seleção.

Art. 22. A expedição do certificado será autorizada pela PROGRAD/Diretoria de Programas Especiais em Educação, obedecendo aos seguintes critérios:

- I - cumprimento de 20 (vinte) horas semanais de monitoria;
- II - apresentação do Relatório Final de Atividade;
- III - avaliação do Professor Orientador;
- IV - apresentação das frequências mensais.

Parágrafo único. O certificado não será expedido se houver descumprimento por parte do monitor de alguma das condições presentes nesta resolução normativa.

Art. 23. O pagamento do Aluno-Monitor estará condicionado ao envio de frequência mensal pelo professor-orientador à PROGRAD/Diretoria de Programas Especiais em Educação, através do sistema de monitoria, na intranet.

Parágrafo único. O candidato selecionado como Aluno-Monitor remunerado PIMI deverá, necessariamente, ser titular de uma conta-corrente em uma instituição bancária credenciada e fornecer o número de agência e o número da conta em seu Termo de Compromisso, sob pena de ser-lhe impossibilitado o repasse do pagamento.

Art. 24. A PROGRAD/Coordenação de Aperfeiçoamento Discente distribuirá Bolsas de Monitoria, respeitando as semelhanças/afinidades entre os cursos nos quais os alunos estão matriculados.

§1º. O cálculo do quantitativo de bolsas será efetuado dividindo-se o número de alunos indígenas por cinco. No caso do número deste número não ser inteiro, o mesmo será arredondado para cima.

§2º. Quando o número de indígenas for inferior a 05 (cinco), a PROGRAD poderá

disponibilizar a vaga de monitor a partir da junção de cursos da mesma área, se for o caso.

Art. 25. A PROGRAD/Diretoria de Programas Especiais em Educação não efetuará pagamentos de bolsas de monitoria retroativas.

Art. 26. A monitoria não caracteriza vínculo empregatício, de acordo com o Decreto 85.862/81.

Art. 27. A PROGRAD/Diretoria de Programas Especiais em Educação poderá baixar atos complementares a estas normas.

Art. 28. Os casos omissos serão resolvidos pela PROGRAD/Diretoria de Programas Especiais em Educação.

Art. 29. Fica revogada a Resolução n.º 20/2007 do Consepe de demais disposições em contrário.

Palmas, 25 de abril de 2012.